



<i>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</i>	<i>Nº 08/2019</i>	<i>DATA 19/03/2019</i>
----------------------------------	-------------------	------------------------

CONTRATADA

VITÓRIA LICITAÇÕES E COMÉRCIO EIRELI - EPP

19 OBJETO

Eventual e futura aquisição de Copos de Polipropileno de 200ml.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56264/2019

Aos **19** dias do mês de **março** do ano de dois mil e dezenove **2019**, na **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO**, empresa de economia mista vinculada ao Governo do Estado de Sergipe, com sede nesta cidade de Aracaju-SE, no endereço Rua Campo do Brito nº 331 – Bairro 13 de Julho – Aracaju-SE – CEP: 49020-380, inscrita no CNPJ/ MF sob o nº 13.018.171/0001-90, por seu representante legal, o Diretor Presidente **Carlos Fernandes de Melo Neto**, brasileiro, casado, engº civil, inscrito no CNPF sob o nº 661.828.835-53 e seu Diretor de Gestão Corporativa **Ricardo Pereira Simões dos Reis**, brasileiro, casado, advogado, CPF/MF nº 601.372.825-91, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2019**, Ata de Julgamento de Preços, homologada pelo Ordenador de Despesas da DESO às fls. 124 a 128 do Processo Administrativo 56264/2019, **RESOLVE** registrar o(s) preço(s) para a aquisição dos materiais/serviços descritos no Anexo I do Edital, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido o(s) mesmo(s) oferecido(s) pela empresa **VITÓRIA LICITAÇÕES E COMÉRCIO EIRELI - EPP**, situada na Rua 77, nº 249, Sala 03, Setor Central, Goiânia/GO, CEP 74.055-090, inscrita no CNPJ 24.005.322/0001-91, representada neste ato por **Fábio Mota Ferreira**, inscrita no CPF/MF sob o nº 007.726.941-98, conforme procuração particular passado pela única sócia da empresa Srª Sejanne Teixeira Chaves Moreira, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame para o Único **LOTE** e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS, PELO MENOR PREÇO POR LOTE, NO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE COPOS DE POLIPROPILENO DE 200ML COM IMPRESSÃO DA MARCA DA DESO E LACRES DE ALUMÍNIO DE 75 MM, DESTINADOS ÀS UNIDADES DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE DESO**, obedecidas às condições estabelecidas, a descrição detalhada, obrigações assumidas, normas e instruções constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2019 e seus anexos que, com a Proposta, passam a fazer parte integrante deste documento, independente de transcrições.

CLÁUSULA II – DA VIGÊNCIA E DO VALOR DA ATA

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços, firmada entre a DESO e a empresa acima relacionada, terá a validade de **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, conforme o disposto no art. 12º do Decreto no 7.892/2013, cujo valor será de **R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais)**.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a DESO não será obrigada a adquirir os materiais referido na CLÁUSULA I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, respeitada a legislação relativa às licitações.

CLÁUSULA III – DA VINCULAÇÃO

3.1 – O disposto na presente Ata terá que ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital, sendo observadas as disposições da Lei 10.520, de 18 de julho de 2002, e do Decreto no 3.555 de 08 de agosto de 2000, do Decreto 7.892

23de janeiro de 2013, do Decreto nº 3.693 de 20 de dezembro de 2000, do Decreto 3.784, de 06 de abril de 2001, do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, bem como pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da DESO, aprovado pelo Conselho de Administração da DESO em 24/01/2018 e publicado em 22/03/2018, com vigência a partir de 02/05/2018.

CLÁUSULA IV – DA OBRIGAÇÃO DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, OU HABILITAÇÃO, EXIGIDAS NA LICITAÇÃO

4.1 – As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos terão que ser mantidas durante toda a vigência da presente Ata pela empresa classificada, ficando facultado à DESO, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

4.2 – Quando da execução do objeto, a empresa classificada terá que manter as condições da habilitação sob pena de rescisão e aplicação das sanções previstas no Edital Licitatório, na Ata de Registro de Preços e nas demais disposições legais pertinentes, garantida a ampla defesa.

CLÁUSULA V – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTES (CARONA)

5.1 – Somente as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que não tenham participado do processo licitatório para a formação da ata de registro de preços, poderão firmar contratos por adesão a essa ata durante a sua vigência.

5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas no instrumento convocatório e no RILC, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a DESO.

5.3 – As contratações por adesão a que se refere este item não poderão exceder, por empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços da DESO.

5.4 – As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, a no máximo o quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

5.5 – Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias poderão adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na ata de registro de preços, por órgão.

5.6 – Na hipótese prevista na condição anterior, a contratação dar-se-á pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

5.7 – Compete a empresa pública, a sociedade de economia mista ou a sua subsidiária que não participou do registro de preços, praticar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a DESO.

5.8 – Após a autorização da DESO, a empresa pública, a sociedade de economia mista ou a sua subsidiária que não participou do registro de preços, deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

6.1 – Será incluído nesta Ata na forma do Anexo II, o registro das Licitantes que aceitarem cotar os materiais com preços iguais aos da Licitante Vencedora na sequência da classificação do certame.

6.2 – A ordem de classificação das Licitantes registradas na ata será respeitada nas contratações.

6.3 – O registro a que se refere o **item 6.1** desta Cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto 7.892/2013.

6.4 – Se houver mais de um Licitante na situação de que trata o **item 6.1** desta cláusula, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

6.5 – A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3 desta cláusula, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto 7.892/2013.

CLÁUSULA VII – DO PRAZO

7.1 – O prazo para entrega dos materiais será de **15 (quinze) dias** sequenciais contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento pela Contratada.

7.2 – O fornecimento deverá obedecer às condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2019 e seus anexos.

7.3 – Todos os materiais a serem utilizados, deverão obedecer às especificações constantes do Edital, seus Anexos e desta Ata.

7.4 – A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o material entregue em desacordo com os termos do Edital, seus Anexos e desta Ata.

7.5 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do contratado pela qualidade e garantia do material.

CLÁUSULA VIII – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

8.1 – O preço registrado, a especificação do bem, a quantidade, empresa prestadora e demais condições encontram-se elencados no Anexo I da presente Ata.

CLÁUSULA IX – DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

9.1 – A aquisição dos materiais só estará caracterizado através da Ordem de Fornecedor, emitida pela Contratante.

9.2 – A empresa fica obrigada a prestar o fornecimento durante a vigência desta Ata.

9.3 – Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a realizar os serviços dos itens constantes das Ordens de Serviço, poderão ser convocados os demais classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento e as negociações para redução dos valores, aplicando-se as penalidades previstas neste instrumento.

9.4 – Se a qualidade dos materiais entregues não corresponder às especificações exigidas no edital que precedeu a presente Ata, será convocado o prestador para substituição/correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.5 – Cada material deverá ser efetuado mediante solicitação da DESO com emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.

9.6 – Os materiais deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal correspondente.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016, da Lei nº 10.520/02 e do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da DESO, compete à CONTRATADA:

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- c) O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- d) Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega;
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- f) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- g) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- j) A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no limite máximo de 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do

contrato, de acordo com os parágrafos 1º e 2º do artigo 81 da lei 13.303/2016, e do art.146 do RILC.

10.2 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.306/2016 e da Lei nº 10.520/02, são obrigações da DESO:

- a) Solicitar a execução do objeto à contratada, através da emissão da ordem de fornecimento.
- b) Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual.
- c) Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- d) Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- e) Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- f) Aplicar as penalidades e sanções previstas em lei e neste instrumento, na hipótese de a contratada não cumprir o contrato em todas as suas cláusulas, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos materiais, arcando a referida contratada com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;
- g) Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com àqueles praticados no mercado pelas demais empresas do mesmo ramo, de forma a garantir que os preços contratados continuem a ser os mais vantajosos para a Administração.

10.3- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos financeiros específicos, alocados na DESO, contido no orçamento de 2019, os quais serão detalhadamente discriminados quando da emissão da respectiva Ordem de Serviço.

CLÁUSULA XII – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

12.1 – Nos termos do Decreto 7.892/2013, é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA XIII – DO PAGAMENTO

13.1 – O fornecimento objeto desta Ata será pago quando devidamente aceito pela fiscalização da DESO, mediante apresentação dos documentos abaixo transcritos e exigidos na R.D.E. nº 12/2004 de 13/07/04 e na R.D.E nº 21/2015 de 22/10/2015 desta Companhia,

que depois de conferidos e visados serão encaminhados para processamento e posterior pagamento em 30 (trinta) dias, contados da data de sua aceitação;

- As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização da DESO.
- Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à CONTRATADA para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

13.1.1 – Nota Fiscal e Fatura/Recibo com o mesmo CNPJ constante do processo licitatório e do preê mbulo deste instrumento, constando nos seus anversos, o número do Contrato e da Ordem de Serviço;

a) Quando houver emissão de nota fiscal eletrônica, informamos que a DESO disponibiliza o seguinte endereço eletrônico: **nfse@deso-se.com.br**, para recepcionar as notas fiscais eletrônicas emitidas pela empresa CONTRATADA.

13.1.2 – Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);

13.1.3 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

13.1.4 – Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

13.1.5 – Certidão Negativa de Débitos, emitida pela DESO, referente aos serviços prestados pela Companhia, conforme R.D.E. nº 21/2015, de 22/10/2015;

13.1.6 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de regularidade perante a Secretaria da Fazenda ou de Finanças (ICMS), referente ao Estado da Federação a que se refere a emissão da respectiva Nota Fiscal;

13.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a entrega a DESO, dos documentos de cobrança acompanhado dos seus respectivos anexos, de forma, clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela DESO dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

13.3 – A Nota fiscal/Fatura deverá destacar o valor dos impostos ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

13.4 – Caso a CONTRATADA seja optante do SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13.5 – Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.6 – Somente poderá ser acatada junto ao faturamento, Nota Fiscal dentro do seu período de validade de emissão, cujo CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas corresponda àquele do Contrato e da respectiva Ordem de Serviço.

13.7 – Todo e qualquer pagamento será efetuado através da Rede Bancária em Aracaju, sob pena da incidência das taxas de serviços para pagamentos por Ordem Bancária para outras Praças.

13.8 – A DESO incorrerá em mora caso não efetue o pagamento das faturas no 30º (trigésimo) dia de sua apresentação no protocolo da DESO, conforme disposto no item **13.1** acima, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto. Passado este prazo, estará obrigada a efetuar a compensação financeira, ou seja, correção monetária por atraso de pagamento, calculada com base no INPC ou outro índice substitutivo, calculando-se o período compreendido entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até a data do seu efetivo pagamento.

a) Caso o trigésimo dia ocorra em data não útil na administração da DESO, o vencimento será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente;

b) A administração da DESO poderá realizar pagamento antes do 30º (trigésimo) dia da apresentação das faturas no protocolo da DESO, sendo que no caso da DESO efetuar o pagamento após o 30º (trigésimo) dia e havendo requerimento do contratado pela mora, a DESO deverá promover a compensação financeira quando ocorrer pagamentos antecipados, calculado com base no INPC ou outro índice substitutivo, entre a data do efetivo pagamento e a data de vencimento.

13.9 – A DESO fica autorizada a promover a retenção de créditos devidos em decorrência da execução do presente contrato quando se fizer necessário para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento do contrato.

13.10 – Fica estabelecido que a contratada não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancária e a DESO não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros.

13.11 – Nenhum pagamento será efetuado, a qualquer título, à empresa que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

CLÁUSULA XIV – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

14.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o seu custo, cabendo à DESO, através do Gerenciador da Ata, promover as necessárias negociações junto aos Prestadores, observando o disposto do Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2019.

14.2 – A revisão dos preços dar-se-á, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata, cuja comprovação se admitirá através de documentação que comprove a alteração dos preços e de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

14.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o prestador visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o prestador será liberado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais prestadores visando igual oportunidade de negociação;

14.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar a Contratada do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do recebimento do empenho;
- b) convocar os demais prestadores visando igual oportunidade de negociação.

14.5 – Caso a DESO já tenha emitido a(s) Ordem(ns) de Fornecimento(s) para a realização dos serviços e, a empresa não tenha ainda realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o(s) pedido(s) já formalizado(s) durante o período de análise.

14.6 – A DESO terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido de revisão;

14.7 – Durante o período de análise do pedido de revisão, a Contratada terá que efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados na Ata.

14.8 – Após o pedido de revisão e no caso de sua aceitação, a DESO providenciará o reforço dos valores pertinentes aos bens da(s) Ordem(ns) de Fornecimento(s) emitida(s) durante o período de análise.

14.9 – A Contratada obrigará-se a realizar os serviços pelos preços registrados, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

14.10 – O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas implicará pena de suspensão do direito de licitar pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto em lei.

14.11 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA XV – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – As Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação serão canceladas automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência;
- b) Quando não restarem prestadores registrados;
- c) Por interesse público devidamente comprovado pela DESO.

CLÁUSULA XVI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO PRESTADOR

16.1 – A Contratada terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

16.1.1 – A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado e/ou dos insumos que compõem o custo dos serviços.

16.1.2 – Por iniciativa da DESO, quando:

- a) A adjudicatária não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
- b) A adjudicatária perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado;
- d) A Contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) A Contratada não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente.

16.2 – É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XVII – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – O gerenciamento deste instrumento caberá à GERÊNCIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO da DESO.

CLÁUSULA XVIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 – A Contratada, pelo inadimplemento de suas obrigações, garantida a sua prévia defesa no prazo de 10 (dias) dias úteis, ficará sujeita as seguintes sanções previstas no RILC e na Lei 13.303/2016:

- 18.1.1-** Advertência;
- 18.1.2-** Multa moratória;
- 18.1.3-** Multa compensatória;
- 18.1.4-** Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contatar com a DESO, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- 18.1.5-** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.2 – As sanções constantes no subitem 18.1 poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

18.3 – Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio de defesa, o fornecedor que:

- 18.3.1-** Ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação;
- 18.3.2-** Não mantiver proposta, injustificadamente;
- 18.3.3-** Comportar-se de modo inidôneo;
- 18.3.4-** Fizer declaração falsa;
- 18.3.5-** Cometer fraude fiscal;
- 18.3.6-** Falhar ou fraudar no fornecimento do objeto.

18.4- São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as previstas no art. 186 do RILC.

18.5- As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas e serão compensadas pela DESO com as importâncias em dinheiro, relativas às prestações a que corresponderem, ou da garantia do contrato, quando for o caso, cobradas judicialmente.

18.6- A aplicação de sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao cadastro de fornecedores e no sistema de gerenciamento de contatos da DESO, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada ao não.

18.7- A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II – Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, poderá ser aplicada multa correspondente 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III – Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por este edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

IV – No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente 5% do valor total do contrato;

V – No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 10% sobre o valor da parcela não executada;

VI – No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 30% sobre o saldo remanescente do contrato;

VII – Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 10% sobre o valor da parcela em atraso.

18.8- Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a DESO descontará a referida importância de eventuais créditos a vencer da empresa contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a DESO executará a garantia quando exigida, e quando for o caso, será cobrada judicialmente.

18.9- A DESO poderá quando do não pagamento da multa pela Contratada, aplicar a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a DESO, por até 02 (dois) anos;

18.10- Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à DESO, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, aplicando a disposição do art. 189 e 190 do RILC em face da legislação fiscal, previdenciária, social ou trabalhista.

CLÁUSULA XIX – DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

19.1 – O comp. omissos será efetivado através da emissão da Ordem de Fornecimento que, nas aquisições advindas do Sistema de Registro de Preços da DESO terá força de contrato.

19.2 – Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, a Contratada terá que atender o solicitado e emitir Nota Fiscal/Fatura do serviço efetivado, em nome da DESO, na forma e condição estabelecida no Edital e seus anexos e nesta Ata.

19.3 – A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e nesta Ata.

19.4 – Os casos omissos serão resolvidos com base, nas normas técnicas gerais ou especiais aplicáveis.

19.5 – A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na DESO.

19.7 – Quaisquer outras informações poderão ser obtidas junto à GERÊNCIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO da DESO.

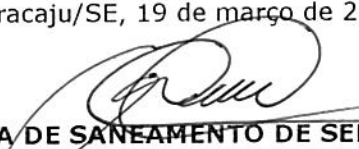
19.8 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 13.303/2016, suas alterações, e demais normas aplicáveis.

19.9 – Esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS foi elaborada pela advogada **Rosângela Resende Silva, da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos.**

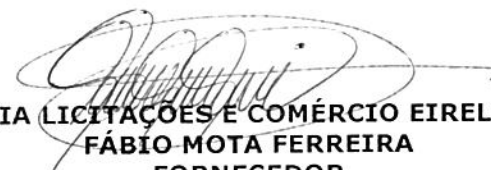
19.10 – Para dirimir na esfera judicial as questões oriundas da presente Ata, será competente o Foro da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe.

19.11 – E, por estarem assim justas e contratadas, assinam a presente em 2 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, depois de lida e achada conforme, para que se produzam os seus jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumpri-la em todas os seus itens, por si e seus sucessores, dando-o por firme, bom e valioso a qualquer tempo, em Juízo e fora dele.

Aracaju/SE, 19 de março de 2019.



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO
ENG.º CARLOS FERNANDES DE MELO NETO
PRESIDENTE



VITÓRIA LICITAÇÕES E COMÉRCIO EIRELI - EPP
FÁBIO MOTA FERREIRA
FORNECEDOR

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. 2.2- DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS

ORDEM	CÓD	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.1	2382	COPO PLÁSTICO DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE P/ ÁGUA, 200 ML, COM IMPRESSÃO DESO, DIÂMETRO DA BOCA: 75 MM	UN	300.000	0,14	42.000,00
1.2	0913	LACRE DE ALUMÍNIO LAMINADO PARA COPOS PLÁSTICOS DE ÁGUA, DE 200 ML, COM ABA PARA ABERTURA, DIÂMETRO SEM A ABA: 75 MM. IMPRIMÍVEL, UTILIZÁVEL E RESISTENTE À TEMPERATURA DE MÁQUINA SELADORA DE COPOS.	UN	300.000	0,03	9.000,00

VALOR GLOBAL.....R\$ 51.000,00



PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO

ORDEM DE
SERVIÇO:
0000139470

TÍTULO: Extrato 055.2019

USUÁRIO: ANA CRISTINA OLIVEIRA SILVA

LOGIN: anacristina.silva

CLIENTE: DESO

DATA DA PUBLICAÇÃO: 09/04/2019

SITUAÇÃO DA PUBLICAÇÃO: PUBLICADA

DATA DO ENVIO: 08/04/2019

HORA: 10:04:06

COLUNA(S): 1

CENTIMETRAGEM (CM²):
26.73 cm²

JORNAL: Diário Oficial do
Estado de Sergipe

EDIÇÃO: 28165

CADERNO: Diário Oficial do Estado de Sergipe

SEÇÃO: ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

**DADOS
DO
ARQUIVO**

EXTENSÃO: doc

IMPRESSÃO

DATA: 09/04/2019

HORA: 07:43:42

USUÁRIO: ANA CRISTINA OLIVEIRA SILVA

Termo de Rescisão do Contrato nº 162/2015 //Contratante:
DESO //Contratado: **EAUX EQUIPAMENTOS E SISTEMAS
AMBIENTAIS LTDA-ME** //Objeto: Rescisão unilateral.
X **Ata de Registro de Preços nº 08/2019** //Base Legal:
13.303/2016 //Órgão Gerenciador:DESO //Empresa Detentora
do Registro: **VITÓRIA LICITAÇÕES E COMÉRCIO EIRELI-
EPP** //Objeto: Eventual e futura aquisição de Copos de
Polipropileno de 200ml. //R\$ 51.000,00 //12 meses 4//Receita
Própria.

CIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO
PREGÃO ELETRÔNICO 016/2019

A empresa VITÓRIA LICITAÇÕES E COMERCIO EIRELI – EPP, sediada na Rua 77, nº 249, Sala 03, Centro, Goiânia/GO, inscrita no CNPJ 24.005.322/0001-91, por intermédio de seu Representante ao final assinado, vem através desta, nos termos do Edital e seus anexos, apresentar sua proposta de preços para os item(s) abaixo descrito(s) e relacionado(s) afim de submeter a vossa apreciação.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	RS UNIT	RS TOTAL
1.1	300.000	COPO PLASTICO DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE P/ AGUA 200ML COM IMPRESSÃO DESO, DIÂMETRO DA BOCA: 75 MM. MARCA: THERMOVAC	R\$0,14	RS42.000,00
1.2	300.000	LACRE DE ALUMÍNIO LAMINADO PARA COPOS PLÁSTICOS DE AGUA, DE 200 ML, COM ABAF PARA ABERTURA, DIÂMETRO SEM A ABA 75 MM, IMPRIMÍVEL, UTILIZÁVEL E RESISTENTE A TEMPERATURA DE MÁQUINA SELADORA DE COPOS. MARCA: ALLUPACK	R\$0,03	RS9.000,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$51.000,00 (Cinquenta e um mil reais)				

VALIDADE PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, contados da data do Início da Sessão de Disputa de Preços
PRAZO DE ENTREGA: 15 (quinze) dias sequenciais contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento
LOCAL DE ENTREGA: Centro de Distribuição da DESO, Av. Perimetral "A" S/N, Conjunto Marcos Freire II, Nossa Senhora do Socorro, Sergipe
PRAZO DA ATA: 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura
DADOS BANCÁRIOS: 033 – Banco Santander | Agência: 3444 | Conta Corrente: 13.004.838-8

- Declaramos ciência e concordância com todos os termos do edital e seus anexos;
- Declaramos que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, fretes ou quaisquer outros que possam incidir sobre o objeto constante na proposta;
- Declaramos que os produtos ofertados na proposta possuem Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e Assistência Técnica in loco prestada pelo fabricante sem ônus enquanto durar o período da Garantia;
- Declaramos que a Empresa está enquadrada como Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos dos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e não possui nenhum dos impedimentos do §4º do mesmo artigo;

Goiânia/GO, 07 de Março de 2019


VITÓRIA LICITAÇÕES E COM. EIRELI – EPP
Fabio Mota Ferreira – Procurador
CPF: 007.926.941-98 | RG: 4298733
fabio@vitorialicitacoes.com

22/03/2019

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Fábio Mota - VITÓRIA LICITAÇÕES" <fabio@vitorialicitacoes.com>
Para: eneyde@deso-se.com.br
Data: 22/03/2019 07:56 (53 minutos atrás)
Assunto: ENC: Fw: ARP 08/2019 - VITÓRIA LICITAÇÕES
Anexos: Ata Registro de Preços nº 08.201 9-Lote Único.pdf (224 KB)

Eneyde, Bom Dia.

Favor alterar os dados do responsável pela assinatura da Ata, conforme documentos enviados.

FÁBIO MOTA FERREIRA
CPF: 007.926.941-98

Att;

VITÓRIA LICITAÇÕES

-----Mensagem original-----

De: vitoria@vitorialicitacoes.com [mailto:vitoria@vitorialicitacoes.com]
Enviada em: sexta-feira, 22 de março de 2019 10:24
Para: fabio@vitorialicitacoes.com
Assunto: Fwd: Fw: ARP 08/2019 - VITÓRIA LICITAÇÕES

----- Mensagem original -----

Assunto: Fw: ARP 08/2019 - VITÓRIA LICITAÇÕES
Data: 2019-03-20 04:51
De: Eneyde Ferreira da Silva < >
Para: vitoria@vitorialicitacoes.com

Bom dia, favor confirmar o recebimento do mesmo.

atenciosamente,

eneyde

----- Mensagem encaminhada -----

Remetente: "Eneyde Ferreira da Silva" <eneyde@deso-se.com.br>
Data: 19/03/2019 06:22
Assunto: ARP 08/2019 - VITÓRIA LICITAÇÕES
Para: vitoria@vitorialicitacoes.com
Segue ARP 08/2019 em pdf para assinatura. Devolver 02 vias pelos correios.

atenciosamente,
eneyde

VITÓRIA

Licitações e Comércio

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:.....VITÓRIA LICITAÇÕES E COMÉRCIO EIRELI – EPP, Pessoa Jurídica de direito privado, sediada na Rua 77, nº 249, Sala 03, Setor Central, Goiânia/GO, inscrita no CNPJ: 24.005.322/0001-91; Neste ato, representada pela sua **PROPRIETÁRIA**, a **Srta. SEJANNE TEIXEIRA CHAVES MOREIRA**, Brasileira, Publicitária e Empresária, maior, capaz, solteira, residente e domiciliada na Cidade de Goiânia/GO, Rua 232, nº 70, Apartamento 201, Condomínio do Edifício Itapema; Setor Leste Universitário, CEP: 74.605-140, portador da Carteira de Identidade nº 4.493.042 SSP/GO, e do CPF nº 013.031.811-69, estabelece por período indeterminado poderes na forma abaixo:

OUTORGADO:.....**FÁBIO MOTA FERREIRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Goiânia/GO, Avenida Milão, nº 1984, Apartamento 802-A, Condomínio Turmalinas, Residencial Eldorado, CEP: 74.367-635, portador da Carteira de Identidade de 4.298.733 DGPC/G e do CPF nº 007.926.941-98.

PODERES:.....Representar Comercialmente a outorgante por ocasião de Licitação Pública em todo Território Nacional, nas Esferas Federais, Estaduais, Distritais, e Municipais, com plenos poderes para assinar documentos, propostas, interpor recursos, participar de leilões, dar lances e permitir ao outorgado substabelecer esta em todas as suas instâncias e demais atos que deem bem andamento a este mandato.

Goiânia/Goiás, 01 de Junho de 2016.

Sejanne Teixeira Chaves Moreira
VITÓRIA LICITAÇÕES E COMÉRCIO EIRELI – EPP
Sejanne Teixeira Chaves Moreira – Proprietária
RG: 4493042 | CPF: 013.031.811-69

Cartório Silva 1º REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
Avenida R. 15 25/16 - Qd. 231 - Setor Leste - Goiânia/GO - CEP: 74.605-140
Cidade - Goiânia - Fone: (62) 3083-4330 / (62) 3083-4331
Mateus da Silva - Tabelião

01971604131802084504473 - <https://extrajudicial.tigo.lus.br/seis>
Reconheço por Verdadeira a assinatura de VITÓRIA LICITAÇÕES E COMÉRCIO EIRELI - EPP representado por SEJANNE TEIXEIRA CHAVES MOREIRA, por ter assinado na minha presença. Dou Fé.
*0086*F915VC3HQ-144588E-10*. Goiânia, 01/06/2016 - 14:56:10h.
Em Teste da Verdade,
Ana Paula Alves de Souza - Escrevente

Cartório Silva
1º Registro Civil e Tabelionato de Notas
Av. B3, Qd. 231
Lts. 75Qd 8L, Maracanã
CEP 74.109-410
3036-6305 / 3036-4000
Goiânia - GO

ATO DE CONSTITUIÇÃO

VITÓRIA LICITAÇÕES E COMÉRCIO EIRELI

SEJANNE TEIXEIRA CHAVES MOREIRA, nacionalidade Brasileira, Publicitária e Empresária, Solteira, nascida em 03/02/1986, Portadora do Documento de Identidade Nº 4.493.042 SSP/GO, e do CPF 013.031.811-69, residente e domiciliada à Rua 232, Nº 70, Quadra: 52 – Lote: 06, Apartamento 201 – Condomínio do Edifício Itapema, Setor Leste Universitário, na Cidade de Goiânia-GO, CEP: 74.605-140, resolve constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A empresa adotará o nome empresarial de VITÓRIA LICITAÇÕES E COMÉRCIO EIRELI.

Parágrafo Único: A empresa tem como nome fantasia VITÓRIA LICITAÇÕES.

CLÁUSULA SEGUNDA

A EMPRESA TEM POR OBJETO O COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA; REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS SEGUINTE ACESSÓRIOS; APARELHOS, ARTIGOS E PRODUTOS PARA: Instrumentos musicais em geral; aparelhos para ginástica; aquários; armações para óculos; armas para caça; artefatos de borracha; artesanato; produtos e artigos de borracha e plástico; artigos de caça, pesca e camping; cutelaria; óptica; porcelana ou cerâmicas decoradas, gravados, vitrificados ou trabalhados de outro modo; relojoaria; tabacaria; descartáveis em geral; materiais e artigos esportivos, desportivos; funerários, sacos para transporte de cadáveres, e urnas mortuárias; aquário; decoração de festas em geral; habitação; recreativos; religiosos e de culto; barracas; bolas para futebol, joelheiras, tornozelheiras e caneleiras; brinquedos de qualquer material; carrinhos de bebe; equipamentos para caça submarina; escovas; artigos esotéricos; espanadores; esquis e outros equipamentos para esquiar; filtros de água; filtros de barro; flores ornamentais; isqueiros, cachimbos, piteiras; lentes para óculos; linhas e molinetes para vara de pescar; louças em geral; luvas de boxe; máquinas de costura; material esportivo (troféus, camisas, chuteiras, bolas e semelhantes); óculos; ozonizadores de água; painéis; patins; peixes ornamentais; perucas; bebedouros e purificadores de água; raquetes e redes esportivas; redes de dormir e mosquiteiros; sofás; estofados; poltronas; talhas e filtros de qualquer material; talheres; utilidades e utensílios domésticos; vassouras; velas (cera) para iluminação; velas decorativas e para cultos; ambulâncias; automóvel, caminhonetes (camionetas, camionetes) e utilitários novos e usados; caminhões e ônibus de todos os gêneros; veículo adaptável; reboques e semirreboques novos e usados; trailers, novos e usados; pneus e câmaras de ar, novos e usados para veículo automotor; motocicletas e motonetas novas e usadas; motos novas e usadas; animais para cria, recria, engorda, abate e reprodução tais como: bode; boi; bovinos; búfalos; burro; burrinho; cabra; cão; cachorro; caprinos; carneiro; cavalo; equinos; gato; jumento; mula; ovelhas; ovinos; porco; reses; sêmen bovino; sêmen equino; suínos (porcos); touro; alimentos, ração e outros produtos alimentícios para animais; produtos alimentícios em geral; aparelhos auditivos (surdez); artigos de ortopedia; andador; produtos médicos e ortopédicos; cadeira de rodas; calçados ortopédicos prontos; gesso sintético para uso hospitalar; muletas; pinos e placas de titânio e outros materiais para ortopedia; próteses

5A

